

PESCA E USO COMUNITÁRIO DO ESPAÇO COSTEIRO NA ILHA DO CARDOSO-LITORAL SUL DE SÃO PAULO - BRASIL

Viviane Capezzuto Ferreira da Silva – Antropóloga – NUPAUB/USP

VII CONGRESSO DE ANTROPOLOGIA - SANTIAGO DE COMPOSTELA
SETEMBRO/1999

A Ilha do Cardoso é uma ilha continental/litorânea brasileira, situada no extremo sul do estado de São Paulo, no município de Cananéia, que faz parte do Vale do Ribeira de Iguape, região esta que possui a maior área de Mata Atlântica preservada do Brasil. A Ilha do Cardoso possui cerca de 22.500 hectares (225 km²) formados por costões rochosos, praias, ilhas, braços de mar, estuários, barras, lagunas, restingas, mangues, rios, planície litorânea e montanhas cobertas de florestas. Essa ilha é separada do continente por um longo e sinuoso canal estuarino. É banhada a leste pelo oceano Atlântico, ao norte e noroeste pelas águas da baía de Trapandé, a oeste pelo Mar de Trapandé e canal do Ararapira e ao sul pela barra do Ararapira. Próximo à Ilha do Cardoso existem ilhas oceânicas, a do Bom Abrigo, Cambriu, Castilho e Figueira. . (ver mapa 1)

A ilha foi um dos primeiros locais habitados da região após a descoberta pelos portugueses no século XVI. Em 1530, a expedição comandada por Martim Afonso de Souza foi incumbida de explorar o litoral entre Maranhão e o rio da Prata, a fim de estabelecer núcleos de povoamento. Em 1531, Martim Afonso de Souza tendo aportado na ilha do Bom Abrigo, avistou o promontório de Itacuruçá, na ilha do Cardoso, onde foi colocado um marco de pedra com as quinas de Portugal. A ilha do Cardoso foi palco das primeiras investidas dos colonizadores portugueses que tinham a missão, no século XVI, de demarcar as fronteiras estabelecidas no Tratado de Tordesilhas.

Entre os séculos XVII e XVIII a região de Cananéia viveu uma época de prosperidade e por volta desta data a Ilha do Cardoso chegou a ser mais habitada que Cananéia, seu município sede.

“Nos tempos provinciais era a ilha do Cardoso um dos lugares mais habitados do município, não só pela fertilidade de suas terras e abundância de peixes em todos os seus recôncavos, rios e parcéis, como também pela facilidade dos meios de transportes, que eram feitos sobre água, em grandes canoas e até mesmo em lanchas e iates. Era então considerada como dos melhores celeiros do município, onde se erguiam as mais prósperas fazendas com seus engenhos de pilar arroz, fábricas de aguardente, olarias e até mesmo um estaleiro de construção naval situado á entrada do canal...” (Almeida, A P., 1946)

Em 1962 a Ilha do Cardoso se tornou Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC). Nesta data a Ilha do Cardoso possuía em torno de 350 famílias que viviam basicamente da roça e pescas sazonais. Com a criação do PEIC, muitas famílias que viviam basicamente da roça foram expulsas ou saíram da ilha a partir da proibição de se fazer roça ou porque venderam suas posses de terra a especuladores imobiliários. Os “caiçaras”, nome dado, às populações locais, fruto da miscigenação entre índios, portugueses e negros, que permaneceram na ilha passaram a viver exclusivamente da pesca, do extrativismo, da caça e da roça. Essas duas últimas atividades passaram a ser proibidas pela administração do Parque Estadual e passaram a ser feitas clandestinamente.

No PEIC resta atualmente em torno de 205 famílias de moradores e também uma aldeia indígena Guarani Mbya. Os moradores da Ilha do Cardoso estão distribuídos nas comunidades de Itacuruçá, Marujá, Enseada da Baleia, Pontal do Leste, Foles e Camboriú além de alguns sítios isolados como Lage, Morretinho, Ipanema, Costão dos Andrades e Trapandé, algumas destas presentes somente na memória de alguns moradores.

O Parque Estadual é uma das áreas protegidas oficialmente, onde por lei não pode haver moradores. A partir da criação do Parque as comunidades que lá se encontravam e se encontram tem sua história permeada pelos conflitos advindos desta legislação. Independente das restrições sobre o uso do espaço e seus recursos, os moradores têm recorrido a soluções e arranjos próprios para continuarem sobrevivendo.

Das onze comunidades da Ilha do Cardoso, escolhi a Vila do Marujá (ou Praia do Meio) como área de pesquisa. Ela possui aproximadamente oitenta famílias residentes. Além destes moradores tradicionais, a população de Marujá é constituída pôr, veranistas (proprietários de segunda residência), e turistas (campistas, freqüentadores de pousadas e hotel e pescadores esportistas).

Os moradores de Marujá vivem do turismo, da pesca, da extração de crustáceos e moluscos, da caça, coleta de recursos vegetais e artesanato. Essas atividades se complementam e se mesclam, e é a partir da pesca que vou iniciar minhas considerações.

A pesca em Marujá

Os pescadores de Marujá utilizam técnicas e formas de captura as mais diversas, entre elas a pesca de cerco fixo, de gerival, de espinhel, de rede de costa, lanceio de parati, pesca de linha no costão entre outras. Das espécies capturadas cabe aqui ressaltar a tainha (*Mugilidae*) que no ano de 1997 atingiu a produção de 20,5 toneladas, e em 1998, em torno de 35 toneladas anuais, sendo que a safra se estende de junho a outubro.(Mendonça, Jocemar T., 1998)

A tainha é capturada de rede na costa (mar aberto) e no cerco fixo (tipo de armadilha feita de taquaras e assentada na parte estuarina da Ilha.) A pesca da tainha (*Mugilidae*) com rede na costa obedece tradicionalmente a um acordo. Esta pesca é chamada pelos pescadores artesanais/locais de “pesca de calôa de costa”. Calôa provavelmente deriva da palavra calão, uma vara curta amarrada nas extremidades da rede de pesca e usadas para movimentá-la.

A pesca de calôa de costa

Essa pesca se caracteriza pelo fato de ser associada à distribuição do espaço costeiro em partes usadas em rodízio por grupos distintos de pescadores. Esse espaço de praia se estende por cerca de cinco quilômetros incluindo um costão de pedra, local muito piscoso segundo os pescadores locais.

Na safra da tainha (abril, maio e junho) uma equipe de pescadores de no mínimo três pessoas e no máximo cinco vão para a praia de noite “dar o lanço”, o lanceio de costa. Na praia da Vila do Marujá há três equipes de pesca que se alternam pescando nas três *tensões* ou partes em que se divide a costa. As tensões são localmente chamadas de: *Canto*, *Meio* e *Beirada* (ou *Rabada*). O Canto é a razão desta divisão, é a tensão mais cobiçada, é onde se “mata” mais tainha. O Canto é a parte da praia onde se localiza o costão rochoso considerado o local mais propício para a pesca nessa parte da costa, e é por causa dele que se faz o rodízio.

“Tem o Canto, o Meio e a Beirada ou Rabada...Tem três equipes de costa que revezam no Canto...cada dia é uma equipe que pesca na parte. Vindo do canto prá cá tem uma lagoa, a Lagoa Grande que agente chama, até essa lagoa é a tensão que agente chama de Canto. Depois dessa lagoa até o Porto do Pedrinho tem uma lagoa menor, até para baixo do Porto do João Mateus.” (um pescador).

Se para um visitante essa costa parece linear e indivisa, pela fala do pescador constata-se que ela é cheia de marcas e de referências a nomes de moradores, de domicílios.

Esta forma de partilhar a costa existe à cerca de quatro gerações, como afirma um dos velhos pescadores de Marujá falando do seu bisavô:

“Começou com estes mais velhos, os mais velhos pescavam assim e todo mundo foi pescando... Tem a Divisão da Costa porque tem bastante gente”. Outro pescador afirma que essa pesca começou porque havia muita rede e poucos lugares bons de pesca.. .”Tinha muitas redes e era preciso colocar ordem.”.

Esse espaço, dividido em tensões de costa é construído historicamente pela referência aos mais velhos e também construído socialmente através da nomeação dos diversos lugares (por exemplo, o Porto do Pedrinho, a Lagoa Grande etc.). Ele é ao mesmo tempo o resultado desse acordo tácito que regulamenta os conflitos causados pelo grande número de redes e o reduzido número de locais piscosos.

As equipes para a pesca se organizam nos dias que antecedem a chegada das tainhas na costa. Ao relatar como começa a pesca de calôa de costa um pescador conta:

“Vamos supor vai chegando lá pro mês de abril/maio vai um lá na costa lanciá e mata umas tainha. Outro dia vai um outro e mata um pouco mais, daí vai um e mata umas trinta...Ha! Daí as equipe começam a se combiná, um chama o outro. Vamos supor hoje foi a equipe do Turíbio lanceá lá no Canto, amanhã ela vai no Meio, e depois de amanhã ela vai pra Beirada, daí recomeça tudo de novo.”(um pescador)

Nota-se aí que existe uma regulamentação do acesso a esse espaço considerado de uso comum, que se dá pelo consenso através do rodízio em que cada equipe tem a sua vez (Diegues, 1997; Pomeroy, R e Berkes, F, 1997). Esse rodízio impede que a mesma equipe possa utilizar o espaço mais produtivo, o Canto, em detrimento das outras equipes. O não cumprimento do combinado do rodízio implica em sanções, no mais das vezes informais, mas socialmente discriminatórias.

“Tem equipe que passa da marcação da sua tensão e todo mundo fica sabendo.. É enguiço, é briga! É uma pesca combinada! Cada um tem o lugar certo para pescar.”(um pescador)

A organização da pesca

Cada pescador dentro da sua equipe de pesca possui uma função:

“Um pescador vai por fora, é o “calão de fora”, o outro vai por terra, é o “calão de terra”, o terceiro é o “copeá”, aquele que vai no meio da rede e na hora que agente vira o lanço, ele ergue a rede em cima para a tainha não pular por cima, o quarto é o que carrega o carrinho.”(um pescador)

Os integrantes de cada equipe possuem na maioria das vezes uma relação de parentesco consangüínea ou por afinidade. Existe uma hierarquia na equipe, porém na hora da distribuição do peixe, a partilha costuma ser eqüitativa.

“O peixe é dividido pelo número de pessoas. Se sobrar uma tainha fica para o dono da rede”.

Outro pescador relata:

“Um quinhão é para o dono da rede, um quinhão para cada camarada, às vezes o dono da rede ganha um quinhão a mais.

Um outro pescador afirma, no entanto que o dono da rede ganha um pouco mais:

“Um quinhão e meio é para o dono da rede e um quinhão é dividido com o resto da equipe. Cada um que pega o quinhão, se quiser escala a tainha, se quiser vende ela fresca para Cananéia”.

Considerações finais

O lugar em que vive a comunidade caiçara da vila de Marujá foi alterado profundamente a partir da transformação desse espaço em área natural protegida – o Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Quase todas as atividades tradicionais (roça, caça e extrativismo) foram proibidas e a pesca é hoje uma das poucas atividades toleradas.

O tipo de pesca descrito neste trabalho pode ser compreendido à luz das teorias que visam explicar as relações entre o uso comunitário dos espaços e recursos naturais e a apropriação privada ou estatal dos mesmos. A pesca de calôa de costa pelo sistema de rodízio representa uma forma engenhosa de uso comunitário de um espaço que hoje se transformou em espaço público.

A pesca de calôa de costa pode ser interpretada como uma permanência de formas associativas tradicionais numa comunidade que hoje sofre tanto dos impactos do turismo quanto da transformação de seu lugar em área natural protegida.

Essa forma de pesca, ao passar despercebida dos olhares dos de fora (turista ou visitante), representa um conjunto de significados compartilhados pelos pescadores que dela participam.

Um conflito eventual pode ocorrer quando pescadores de fora que desconhecem as regras e se aventuram a pescar no lugar. Não basta ser pescador para pescar nesta praia, tem que ser do Marujá. Desta forma, o participar dessa pesca tem o sentido de reafirmar o pertencer à comunidade e compartilhar dos significados da pesca combinada. (Geertz, C, 1973)

Nesse sentido, a divisão da costa, é, na verdade, a divisão dos homens, mesmo por que eles pertencem a famílias e grupos diferentes e muitas vezes rivais. Ela garante a distribuição de espaços e recursos naturais escassos, abrandando conflitos e contribuindo para a manutenção das diferenças.

O ordenamento espacial tradicional na Vila do Marujá, apresenta diferentes formas de apropriação e utilização da terra, da água e dos recursos naturais como um todo, que não são oficialmente reconhecidas e instituídas, e que compõem formas, territórios e espaços absolutamente diferentes daqueles propostos pelo ordenamento legal.

Bibliografia:

Almeida, Antonio P. - Memória Histórica da Ilha do Cardoso, Revista do Arquivo Municipal, Ano XIII, Volume CXI, São Paulo, 1946)

Diegues, A. Repensando e Recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais, *In: Vieira, P e Weber, J (org.) Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental.* Ed. Cortez, São Paulo, 1997 (407-432)

Geertz, C *The interpretation of Culture; selected essays*, New York Basic Books, 1973

Mendonça, Jocemar T. – Relatório da atividade pesqueira nos munic[ípios de Cananéia, Iguape e Ilha Comprida-SP, Instituto de Pesca, Cananéia, 1998.

Pomeroy, R e Berkes, F. 1997 Two to tango: the role of government in fisheries co-management, *Marine Policy*, vol 21, n5, p.465-480